

Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannere Mendes de Oliveira Marques

Volume 1



Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Governança da terra: reflexões a
partir da política de **regularização**
fundiária do Piauí
Volume 1

Teresina
2026

SUPERVISÃO EDITORIAL

Ana Kelma Cunha Gallas

DIAGRAMAÇÃO

Kleber Albuquerque Gallas Filho

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Ana Kelma Cunha Gallas

IMAGENS DAS SEÇÕES

Letícia Mendes (INTERPI)

REVISÃO TÉCNICA

Edson Rodrigues Cavalcante

TI DOI MANAGER

Eliezyo Silva



LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA.

Contato: editora@lestu.org

site: www.lestu.com.br

Livraria: www.lestu.org

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ****Governador do Estado do Piauí**

Rafael Tajra Fonteles

Vice-Governador do Estado do Piauí

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

**INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO
IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ – INTERPI****Diretor-Geral**

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante

Diretor Administrativo e Financeiro

Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Diretor de Gestão Estratégica Fundiária

Vinicius Sales Oliveira Coelho

Diretora de Gestão Fundiária de Interesse Social

Clarecinda de Araújo Moura Jesuíno Teixeira

Diretor de Operações

Leonel Brito Lima

Diretor de Povos e Comunidades Tradicionais

Saullo Lopes Amorim Alves da Silva

Diretor de Sistemas e Inteligência Geoespacial

Rhubens Ewald Moura Ribeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Edson Rodrigues Cavalcante 1649/CRB3

C572g Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí / CAVALCANTE, Rodrigo Ribeiro Costa; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; BORGES, Cássio de Sousa; CUNHA, Eduarda e Silva da; ; MARQUES, Rannyere Mendes de Oliveira (Orgs.). v. 1. Teresina: Editora Lestu, 2026.

Trabalhos apresentados no I Congresso Científico do Instituto de Terras do Piauí (CINTERPI), realizado em Teresina, nos dias 2 e 3 de dez. 2025.

428 f; il.

ISBN: 978-65-85729-15-4

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-15-4

1. Política fundiária- Piauí. 2. Regularização fundiária- Brasil. 3. Território e desenvolvimento regional. 4. Gestão Pública. I. Organizadores. II. Título. III. Localidade. IV. Instituição Promotora.

CDD: 333.31

Índices para catálogos sistemáticos:

Regularização fundiária - Brasil: Política fundiária - Piauí. Território e desenvolvimento regional. Gestão pública.

15

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COLETIVA E SUSTENTABILIDADE DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO PIAUÍ

Collective land regularization and sustainability of babassu extractivism in Piauí

Regularización colectiva de la tenencia de tierra y sostenibilidad de la extracción del babaçu en Piauí

Saulo Guerra Aguiar Barreto¹
Rhubens Ewald Moura Ribeiro²
Eveliane de Sá Sepúlveda Miranda³
Cássio de Sousa Borges⁴

RESUMO

O presente artigo analisa a relação entre a regularização fundiária coletiva e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do extrativismo do babaçu no Piauí, com foco nas comunidades de quebradeiras de coco. Por meio de revisão bibliográfica e documental (2021–2025), examinou-se experiências recentes de titulação conduzidas pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e seus impactos sobre renda, emprego e preservação ambiental. Foi constatado que a regularização fundiária garante às comunidades: segurança jurídica, moradia e autonomia produtiva, além de fortalecer o papel das mulheres na gestão dos territórios. Conclui-se que o reconhecimento legal das terras é condição essencial para o desenvolvimento sustentável e a manutenção das famílias trabalhadoras no campo, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Palavras-Chaves: Comunidades tradicionais. Protagonismo feminino. Agricultura familiar. Meio norte. Ecodesenvolvimento.

1 Tecnólogo em Gestão Financeira, UNIFSA, saulotdah@gmail.com

2 Mestre em Administração (UFPR), UNIFSA, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8970-6864_rhubens.ribeiro@gmail.com

3 Graduada em Administração (UESPI), INTERPI, evelianeinterpi@gmail.com

4 Doutor em História do Brasil (UFPI), Mestre em História do Brasil (UFPI), Assessor no Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6894-6962>, E-mail: cassiodesborges@gmail.com

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between collective land regularization and the socioeconomic and environmental sustainability of babaçu extraction in Piauí, focusing on coconut breaker communities. Through bibliographic and documentary review (2021–2025), it examines recent titling experiences led by the Piauí Land Institute (INTERPI) and their impacts on income, employment, and environmental preservation. The findings indicate that land regularization ensures legal security, housing, and productive autonomy, strengthening women's role in community management. It concludes that legal recognition of land is essential for sustainable development and the permanence of rural working families, integrating economic, social, and environmental dimensions.

Keywords: Traditional communities. Female leadership. Family farming. Mid-north region. Eco-development.

RESUMEN

Este artículo analiza la relación entre la regularización fundiaria colectiva y la sostenibilidad socioeconómica y ambiental del extractivismo del babaçu en Piauí, centrado en las comunidades de quebradoras de coco. A través de una revisión bibliográfica y documental (2021–2025), se examinan las experiencias recientes de titulación realizadas por el Instituto de Tierras de Piauí (INTERPI) y sus impactos en los ingresos, el empleo y la preservación ambiental. Se concluye que la regularización fundiaria garantiza seguridad jurídica, vivienda y autonomía productiva, fortaleciendo el papel de las mujeres en la gestión territorial y contribuyendo al desarrollo sostenible.

Palabras clave: Regularización. Babaçu. Rompecocos. Piauí. Sostenibilidad. Comunidades tradicionales. Protagonismo femenino. Agricultura familiar. Medio norte. Ecodesarrollo.

1 INTRODUÇÃO

A região Meio-Norte do Piauí, marcada pela presença dos babaçuais (*Orbignya speciosa*), representa um espaço de intensa interação entre natureza e sociedade. O extrativismo do coco babaçu constitui uma das principais atividades econômicas e culturais dessas áreas, exercido predominantemente por mulheres conhecidas como quebradeiras de coco. Essa atividade combina dimensões produtivas, ambientais e sociais,

configurando-se como uma forma tradicional de geração de renda e preservação da sociobiodiversidade (DIAS; PEREIRA, 2022).

No entanto, o histórico de insegurança fundiária, a expansão de monoculturas e empreendimentos agropecuários ameaçaram o modo de vida dessas comunidades. Até recentemente, grande parte das áreas ocupadas por quebradeiras de coco não possuíam reconhecimento jurídico, o que gerava conflitos territoriais e dificultava o acesso a políticas públicas (BRASIL DE FATO, 2022; INTERPI, 2025).

Com a atuação do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), políticas de regularização fundiária coletiva começaram a garantir o direito de uso das terras e a permanência das famílias no campo. Exemplos recentes incluem os territórios Vila Esperança e Santa Rosa, em Esperantina e São João do Arraial, respectivamente, titulados em 2022 e 2025 (BRASIL DE FATO, 2022; INTERPI, 2025).

Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender como a regularização fundiária contribui para o fortalecimento econômico e social das comunidades extrativistas de babaçu, assegurando território, trabalho, moradia e sustentabilidade ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Relevância socioeconômica e ambiental do extrativismo do babaçu

O extrativismo do babaçu (*Orbignya speciosa*) representa uma atividade de grande importância socioeconômica e ambiental para o Meio-Norte brasileiro, especialmente no estado do Piauí. Trata-se de uma prática tradicional que combina geração de renda, conservação ambiental e fortalecimento das identidades locais. Estudos indicam que comunidades como as de Miguel Alves e Agricolândia mantêm o babaçu como fonte de sustento e complemento à agricultura familiar, configurando um modelo de uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, a ausência de regularização fundiária tem se mostrado um entrave para o acesso a políticas de crédito e incentivo, limitando o potencial produtivo das famílias extrativistas (NONATO, 2021).

2.2 Protagonismo feminino, saberes tradicionais e impactos sociais do extrativismo

A literatura destaca que as quebradeiras de coco babaçu são protagonistas na manutenção dessa atividade. O trabalho feminino configura no eixo central, garantindo não apenas a coleta e o beneficiamento do coco, mas também a preservação dos saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Pesquisas demonstram que, nas comunidades onde há titulação coletiva das terras, observa-se maior engajamento social, aumento da renda familiar e ampliação da autonomia das mulheres, que passam a ocupar posições de liderança e protagonismo comunitário (DIAS, PEREIRA, 2022; DIAS, PEREIRA, BATISTA, 2025).

A análise da territorialidade dos assentamentos Vaca Brava I e II, em Cabeceiras do Piauí, reforça essa perspectiva, mostrando que a posse coletiva da terra é determinante para a permanência das famílias e para o manejo sustentável dos babaçuais. Tal dinâmica evidencia que o extrativismo é uma forma de resistência socioeconômica e cultural, vinculada à luta por direitos territoriais e ao reconhecimento social das comunidades (SANTIAGO DOS SANTOS, 2024).

2.3 Regularização fundiária e políticas públicas de fomento ao extrativismo

Dados do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) evidenciam que a regularização fundiária coletiva, como nos territórios Santa Rosa e Vila Esperança, tem garantido moradia, acesso a políticas públicas e segurança jurídica para dezenas de famílias. Essa política fortalece o extrativismo como atividade produtiva sustentável, assegurando às quebradeiras o direito de viver e trabalhar em seus territórios. Iniciativas semelhantes têm ocorrido no Maranhão, mas o Piauí se destaca pela atuação articulada do poder público e das organizações comunitárias locais (INTERPI, 2025; BRASIL DE FATO, 2022; SARAIVA et al., 2025).

Em 2024, a Superintendência de Agricultura Familiar (SADA) destinou recursos para mais de 120 trabalhadoras do Piauí, apoiando a aquisição de equipamentos e a qualificação da produção artesanal do babaçu. Essa ação soma-se à mobilização de organizações sociais que associam a defesa dos babaçuais à luta por direitos humanos e sustentabilidade, demonstrando que o extrativismo também é um movimento político de

resistência e afirmação identitária (SADA, 2023; FUNDO BRASIL, 2024).

O conjunto de estudos e experiências recentes confirma que a regularização fundiária, aliada às políticas de fomento produtivo, constitui um instrumento de desenvolvimento rural sustentável. Essa combinação fortalece a agricultura familiar, reduz desigualdades de gênero e consolida o extrativismo do babaçu como atividade estratégica para a sustentabilidade econômica, social e ambiental no Piauí (DIAS, PEREIRA, 2022; NONATO, 2021; INTERPI, 2025).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e documental, fundamentada na abordagem metodológica proposta por autores clássicos da pesquisa social. Estudos qualitativos descritivos são adequados para compreender fenômenos sociais em profundidade, sem interferência direta do pesquisador, permitindo interpretar as relações entre os sujeitos e seus contextos. Essa natureza metodológica foi adotada por possibilitar uma análise abrangente sobre as políticas públicas de regularização fundiária e seus impactos no extrativismo do babaçu no Piauí (VERGARA, 2007).

Foram analisados artigos científicos, monografias, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados entre 2021 e 2025, com foco em experiências de titulação coletiva conduzidas pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e em estudos que tratam do extrativismo e da agricultura familiar no Meio-Norte piauiense. As pesquisas descritivas e documentais permitem observar, registrar e interpretar fatos da realidade sem a interferência do pesquisador, possibilitando compreender processos sociais e administrativos de forma sistematizada (GIL, 2008).

A abordagem qualitativa privilegia a compreensão dos significados e das relações entre os indivíduos, permitindo analisar fenômenos complexos, como a relação entre território, trabalho e sustentabilidade. Essa perspectiva é particularmente relevante para estudos sobre comunidades tradicionais, onde a interpretação dos valores culturais e sociais é indispensável à análise científica (SILVA, MENEZES, 2005).

Os procedimentos metodológicos seguiram sendo estruturados

em três etapas: (1) levantamento e seleção de fontes bibliográficas e documentais publicadas entre 2021 e 2025; (2) análise interpretativa e comparativa das experiências de regularização fundiária no Piauí; e (3) síntese crítica dos efeitos econômicos, sociais e ambientais da titulação coletiva sobre as comunidades extrativistas. Segundo os autores, a pesquisa documental é apropriada para compreender políticas públicas e processos sociais a partir da análise de registros, relatórios e dados institucionais (PRODANOV, FREITAS, 2013).

Assim, a metodologia adotada neste estudo permite compreender a regularização fundiária não apenas como um processo jurídico, mas como instrumento de desenvolvimento rural sustentável e fortalecimento sociocultural das comunidades de quebradeiras de coco no Piauí. Ao adotar esse enfoque, o estudo contribui para evidenciar o papel da regularização como eixo estratégico de inclusão social, geração de renda e valorização dos saberes tradicionais (VERGARA, 2007; GIL, 2008; SILVA, MENEZES, 2005; PRODANOV, FREITAS, 2013).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e documental revelam que o extrativismo do babaçu no Piauí representa não apenas uma atividade produtiva, mas também um sistema de vida comunitário, socialmente estruturado e ambientalmente sustentável. As políticas de regularização fundiária coletiva, promovidas pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), têm desempenhado papel essencial na consolidação desse modo de produção, assegurando o direito à moradia e ao uso coletivo dos babaçuais. A titulação dos territórios Santa Rosa, em São João do Arraial, e Vila Esperança, em Esperantina, resultou na segurança jurídica e na valorização das quebradeiras de coco como agentes produtivas e gestoras do território (INTERPI, 2025; BRASIL DE FATO, 2022).

A análise dos casos acima evidencia que o reconhecimento legal das terras fortalece as cadeias produtivas do babaçu, ampliando a geração de emprego e renda no meio rural. Em comunidades ainda não tituladas, a insegurança fundiária continua a limitar o acesso ao crédito, aos programas de fomento e à assistência técnica. Nos municípios de Miguel Alves e Agricolândia, a informalidade da posse restringe o potencial

produtivo das famílias e as mantém em situação de vulnerabilidade. Assim, o processo de regularização surge como condição indispensável para o desenvolvimento rural sustentável e a autonomia econômica das comunidades extrativistas (NONATO, 2021).

A dimensão de gênero constitui um dos aspectos mais relevantes do extrativismo do babaçu. As quebradeiras de coco, em sua maioria mulheres, assumem funções de produção, comercialização, educação ambiental e liderança política nas comunidades. A regularização fundiária fortalece o protagonismo feminino, possibilitando maior participação nas decisões comunitárias e no acesso a políticas públicas. Além disso, a formalização das terras favorece a organização coletiva e a formação de redes produtivas solidárias, consolidando o papel das mulheres como guardiãs do território e do conhecimento tradicional (DIAS, PEREIRA, 2022; DIAS, PEREIRA, BATISTA, 2025).

As observações em Cabeceiras do Piauí reforçam essa perspectiva. Nos assentamentos Vaca Brava I e II, a regularização das terras promoveu senso de pertencimento e territorialidade, resultando em maior engajamento das famílias na preservação dos babaçuais e na adoção de práticas agroecológicas. A titulação coletiva, portanto, não apenas assegura a permanência das comunidades no campo, mas também induz à sustentabilidade ambiental e à gestão comunitária dos recursos naturais (SANTIAGO DOS SANTOS, 2024).

A ação estatal complementa-se por políticas de fomento produtivo e capacitação. Em 2023, a Superintendência de Agricultura Familiar (SADA) realizou o repasse de recursos para mais de 120 quebradeiras de coco, permitindo a compra de equipamentos e o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu. Essa iniciativa contribui diretamente para o aumento da renda e da autonomia financeira das mulheres rurais, evidenciando a integração entre regularização fundiária, política social e desenvolvimento econômico (SADA, 2023).

De forma complementar, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMARH) tem atuado na proteção ativa dos babaçuais e no fomento direto à atividade. Em 2025, a SEMARH entregou 45 kits de ferramentas e equipamentos de proteção individual para quebradeiras de coco, simultaneamente ao anúncio do reforço na fiscalização contra a derrubada ilegal dos babaçuais. Essa ação dupla

ilustra a sinergia entre as políticas estaduais, integrando o apoio produtivo imediato às comunidades com a garantia da conservação da base de recursos naturais da qual dependem (SEMARH, 2025).

Paralelamente, movimentos sociais e organizações civis desempenham papel de resistência e mobilização. A defesa do babaçu no Piauí está associada à luta por direitos territoriais, igualdade de gênero e justiça socioambiental. As quebradeiras de coco se organizam em associações e cooperativas que reivindicam o reconhecimento de seus territórios tradicionais e a continuidade de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e à inclusão produtiva (FUNDO BRASIL, 2024).

O extrativismo do babaçu constitui um sistema socioeconômico multifuncional, combinando conservação ambiental, autonomia produtiva e geração de renda. A integração entre o poder público e os atores locais é determinante para o êxito das políticas de regularização e fomento, apontando que o modelo implementado no Piauí serve como referência nacional (SARAIVA et al., 2025).

Dessa forma, a análise evidencia que a regularização fundiária coletiva no Piauí tem contribuído diretamente para o fortalecimento das comunidades extrativistas, ampliando sua capacidade de resistência frente às pressões do agronegócio e da expansão urbana. Entretanto, persistem desafios estruturais, como a carência de infraestrutura produtiva, a dificuldade de escoamento da produção e a limitação de acesso a mercados estáveis. A superação dessas barreiras requer a articulação intersetorial entre políticas fundiárias, de gênero e de desenvolvimento rural, além da consolidação de estratégias de comercialização solidária e educação ambiental (DIAS, PEREIRA, 2022; NONATO, 2021; INTERPI, 2025).

Em síntese, o Piauí desponta como referência regional em políticas de regularização fundiária voltadas às comunidades tradicionais, articulando sustentabilidade econômica, preservação ambiental e inclusão social. Embora experiências semelhantes sejam observadas no Maranhão, é no Piauí que o processo demonstra maior integração entre Estado, comunidades e organizações sociais, configurando um modelo eficaz de gestão territorial e promoção da justiça social no campo (BRASIL DE FATO, 2022; INTERPI, 2025; SANTIAGO DOS SANTOS, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o modelo piauiense de regularização fundiária coletiva constitui uma experiência inovadora e replicável, capaz de integrar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e equidade de gênero. Embora práticas semelhantes sejam observadas no Maranhão, o Piauí destaca-se pela sinergia entre Estado, comunidades e organizações civis, tornando-se referência nacional em políticas de sustentabilidade territorial. Assim, reafirma-se que a regularização fundiária é mais do que uma política agrária — é uma estratégia de inclusão social e de justiça ambiental indispensável à manutenção das famílias trabalhadoras e à valorização da sociobiodiversidade no Meio-Norte brasileiro (DIAS, PEREIRA, 2022; INTERPI, 2025; FUNDO BRASIL, 2024). Este trabalho atingiu seu objetivo central ao demonstrar como a regularização fundiária coletiva contribui para o fortalecimento econômico e social das comunidades extrativistas de babaçu no Piauí. A análise permitiu identificar que essa contribuição se materializa por meio de três mecanismos interligados:

Primeiro, através da garantia de segurança jurídica territorial. A titulação coletiva dos territórios Santa Rosa e Vila Esperança (INTERPI, 2025; BRASIL DE FATO, 2022) constitui o alicerce para o desenvolvimento socioeconômico. Este reconhecimento formal assegura o direito à moradia e ao trabalho, criando condições para que as famílias invistam com segurança em suas atividades produtivas e superem a vulnerabilidade da posse informal (NONATO, 2021).

Segundo, pelo fortalecimento do protagonismo feminino e da autonomia produtiva. A pesquisa evidenciou que a regularização fundiária potencializa o papel das mulheres como gestoras do território, ampliando seu acesso a políticas públicas. Este protagonismo é materializado por iniciativas como a da SADA (2024), que destinou recursos para mais de 120 quebradeiras, e da SEMARH (2025), que forneceu kits de equipamentos. A conjugação entre o direito à terra e o fomento produtivo consolida o extrativismo como atividade de resistência e afirmação identitária (FUNDO BRASIL, 2024; DIAS, PEREIRA, BATISTA, 2025).

Terceiro, pela indução à sustentabilidade ambiental e à gestão comunitária. A posse formal gera um profundo senso de pertencimento territorial, como observado nos assentamentos Vaca Brava I e II (SANTIAGO

DOS SANTOS, 2024), resultando em maior engajamento das famílias na preservação dos babaçuais. A atuação da SEMARH (2025), que alia o apoio produtivo à fiscalização ambiental, exemplifica a proteção ativa dos recursos naturais, integrando conservação e desenvolvimento.

Conclui-se que a regularização fundiária coletiva contribui para o fortalecimento econômico e social através de um modelo onde a segurança jurídica funciona como elemento habilitador para: (1) o acesso a políticas de fomento; (2) o empoderamento feminino; e (3) a gestão comunitária sustentável. A experiência piauiense, com sua articulação entre INTERPI, SADA e SEMARH, demonstra a eficácia desta abordagem integrada, transformando a regularização fundiária em instrumento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável no Piauí.

REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. **Regularização de território no Piauí beneficia 67 famílias que vivem do extrativismo do babaçu**. 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/28/regularizacao-de-territorio-no-piaui-beneficia-67-familias-que-vivem-do-extrativismo-do-babacu>. Acesso em: 17 out. 2025.

DIAS, Millena Ayla da Mata; PEREIRA, Kelci Anne. Mulheres, floresta e extrativismo: modos de ser, existir, educar e resistir de quebradeiras de coco babaçu da comunidade “Sítio” (Cristino Castro, Piauí/Brasil). **Revista REMEA**, v. 39, n. 1, 2022. DOI: 10.14295/remea.v39i1.13093. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13093>. Acesso em: 17 out. 2025.

DIAS, Millena Ayla da Mata; PEREIRA, Kelci Anne; BATISTA, Ozaias Antonio. Processos socioeducativos entre quebradeiras de coco de babaçu: um estudo com a comunidade Sítio no sul do Piauí. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 10, e16989, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/16989>. Acesso em: 17 out. 2025.

FUNDO BRASIL. **Quebradeiras de coco babaçu do Piauí fortalecem a resistência com novo projeto**. 2024. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/noticia/no-piaui-quebradeiras-de-coco-mostram-que-defesa-do-babacu-e-luta-por-direitos/>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INTERPI. **Interpi entrega título coletivo para o Território Santa Rosa das quebradeiras de coco babaçu em São João do Arraial**. 13 fev. 2025. Disponível

em:<https://www.interpi.pi.gov.br/interpi-entrega-titulo-coletivo-para-o-territorio-santa-rosa-das-quebradeiras-de-coco-babacu-em-sao-joao-do-arraial/>. Acesso em: 17 out. 2025.

NONATO, Laura Miranda. **A dinâmica de comunidades extrativistas de babaçu no Piauí: estudo de caso de Miguel Alves e Agricolândia**. Trabalho de Graduação (TGI) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/65d29e71-42c8-46e0-8eb5-a97d6271ee7e/2022_LauraMirandaNonato_TGI.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SADA (Superintendência de Agricultura Familiar). **Sada viabiliza repasse de recursos para mais de 120 quebradeiras de coco do Piauí**. 2023. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/sada-viabiliza-repasse-de-recursos-para-mais-de-120-quebradeiras-de-coco-do-piaui/>

SEMARH. **Semar entrega 45 kits para quebradeiras de coco no Piauí e anuncia fiscalização contra derrubada de babaçuais**. 2025. Disponível em: <https://www.semar.pi.gov.br/noticias/semarh-entrega-45-kits-para-quebradeiras-de-coco-no-piaui-e-anuncia-fiscalizacao-contraderrubada-de-babacuais>. Acesso em: 17 out. 2025.

SANTOS, Luis Eduardo Santiago dos. **Sociobiodiversidade e territorialidade do babaçu nos assentamentos Vaca Brava I e II - zona rural de Cabeceiras do Piauí**. 2024. 48 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2024.

SARAIVA, A. F. da S.; OLIVEIRA, N. M. de; FILOCREÃO, A. S. M.; LOPES, W. S. Extrativismo do babaçu: análise dos atores locais na atividade extrativista no estado do Tocantins: analysis of local actors in extractive activity in the estate of Tocantins. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 2, 2025. DOI: 10.54399/rbgdr.v21i2.7772. Acesso em: 17 out. 2025.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

16

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO E CERRADO DO PIAUÍ

Land regularization as an instrument of sustainable development in the semi-arid and cerrado regions of Piauí

Regularización fundiaria como instrumento de desarrollo sostenible en las regiones del semiárido y cerrado de Piauí

Kauany Coutinho de Deus¹
Elayne da Silva Figueredo²
Lineardo Ferreira de Sampaio Melo³

RESUMO

O Semiárido e Cerrado entrelaçam-se numa imagem de diversidade ecológica e diferentes desafios nas esferas social, econômica e ambiental. Neste sentido, a propriedade territorial é mais do que um espaço físico: é o meio de vida, de identidade e resistência para milhares de famílias e comunidades tradicionais. Todavia, a ausência de regularização fundiária tem limitado a capacidade das populações locais de transformar seu potencial em um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Sem a segurança jurídica sobre a posse e o uso da terra, muitos permanecem à margem da lei e excluídos do acesso a políticas públicas, linhas de crédito e incentivos voltados à adoção de práticas sustentáveis. Assim, este artigo busca refletir sobre como a regularização fundiária pode se consolidar como um instrumento estratégico para promover a promoção

1 Discente do Curso de Engenharia cartográfica e de Agrimensura, Universidade Federal do Piauí, kauanycoutinho80@gmail.com

2 Doutorado, Universidade Federal do Piauí, ORCID: 0000-0002-1781-0304, elaynef@ufpi.edu.br

3 Doutorado, Universidade Federal do Piauí, lineardo@ufpi.edu.br

INSTITUTO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
DO PIAUÍ - **INTERPI**



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



Avanços e Desafios da Regularização Fundiária

APOIO

Fadex



PATROCÍNIO



Banco Interamericano
de Desenvolvimento



Investindo nas populações rurais

REALIZAÇÃO



45 ANOS
INTERPI
INVESTINDO EM TERRA DE OPORTUNIDADES



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

LESTU
Editora